



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 12160/12

Objeto: Licitação e Contrato

Órgão/Entidade: Prefeitura de Solânea

Responsável: Francisco de Assis de Melo

Valor: R\$ 75.455,00

Relator: Cons. em Exerc. Oscar Mamede Santiago Melo

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – LICITAÇÃO – CONVITE – CONTRATO – EXAME DA LEGALIDADE – Irregularidade do certame. Aplicação de multa. Recomendação.

ACÓRDÃO AC2 – TC – 03864/15

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC12160/12 que trata da análise da Licitação Convite nº 019/2012 e do Contrato decorrente nº 036/2012, realizada pelo Município de Solânea/PB, objetivando a aquisição de material elétrico destinado à iluminação pública do Município, acordam os Conselheiros integrantes da 2ª CÂMARA do *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, por unanimidade, declarando-se impedido o Conselheiro Arnóbio Alves Viana, em sessão realizada nesta data, em:

- 1) *JULGAR IRREGULAR* a Licitação e o contrato decorrente;
- 2) *APLICAR MULTA* ao Sr. Francisco de Assis de Melo no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), equivalentes a 70,91 UFR-PB, com fulcro no art. 56, inciso II da LOTCE/PB c/c art. 200, inciso VII do RITCE/PB;
- 3) *ASSINAR PRAZO* de 60 (sessenta) dias para que o ex-gestor a multa ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, sob pena de cobrança executiva;
- 4) *RECOMENDAR* a atual gestão daquela Municipalidade, estrita observância aos preceitos contidos na Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93) e aos princípios norteadores da Administração Pública, com vistas a evitar a repetição das falhas aqui constatadas.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara, Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa

João Pessoa, 15 de dezembro de 2015

CONS. ANTÔNIO NOMINANDO DINIZ FILHO
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

CONS. EM EXERC. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO
RELATOR

Representante do Ministério Público



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 12160/12

RELATÓRIO

CONS. EM EXERC. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): O Processo TC 12160/12 que trata da análise da Licitação Convite nº 019/2012 e do Contrato decorrente nº 036/2012, realizada pelo Município de Solânea/PB, objetivando a aquisição de material elétrico destinado à iluminação pública do Município, totalizando R\$ 75.455,00.

A Auditoria, com base nos documentos encartados aos autos, emitiu relatório inicial, onde se posicionou pela irregularidade do certame tendo em vista a ocorrência das seguintes irregularidades:

1. instauração do Processo;
2. termo de abertura, autorização, requisição de bens, ato convocatório, habilitação, julgamento, resultado, edital e seus anexos, homologação e contrato, todos sem assinaturas;
3. ausência de pesquisa de preços;
4. falta de justificativa para a necessidade e para a quantidade adquirida do objeto licitado;
5. ausência da certidão que comprove que o instrumento convocatório foi devidamente afixado em local apropriado, em desacordo com exigência prevista no § 3º do art. 22 da Lei 8.666/93;
6. parecer jurídico superficial.

O Sr. Francisco de Assis de Melo, ex-Prefeito de Solânea foi notificado e apresentou defesa (Doc TC 07309/14 – Doc TC 12155/14), a qual foi analisada pela Auditoria que concluiu que apesar da anulação dos atos e processos assinalados, conforme comprovação à fl. 131, foi mantido seu posicionamento inicial em que opinou pela **IRREGULARIDADE** do processo licitatório e, por conseqüência, seja apurada, pela esfera competente, a responsabilidade patrimonial do gestor Municipal, e demais responsáveis pelos danos econômicos causados à Administração Pública, decorrentes de possíveis litígios judiciais, indenizações e demais prejuízos, em razão da má gestão dos bens e patrimônio público do ente Municipal, sem prejuízo das sanções previstas no art. 56, incisos II e III, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da Paraíba – LC 18/93.

O Processo foi encaminhado ao Ministério Público que através de seu representante emitiu Parecer de nº 02029/15 opinando pela IRREGULARIDADE do procedimento licitatório examinado; aplicação de multa ao Sr. Francisco de Assis Melo, com fulcro no art. 56, II da LOTCE/PB e recomendação ao gestor no sentido de conferir estrita observância às normas consubstanciadas na Constituição Federal, aos princípios que norteiam a Administração Pública, bem como à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666/93).

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 12160/12

VOTO

CONS. EM EXERC. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): Do exame dos autos, verifica-se que toda a documentação referente à Licitação ora analisada carece de assinaturas, ou seja, são documentos apócrifos e há indícios suficientes de que o procedimento licitatório foi fabricado e direcionado para beneficiar a empresa JMA Comércio de Materiais Eletrônicos e Ferragens LTDA., isso corroborado pelas irregularidades apontadas pela Auditoria.

Ante o exposto, voto no sentido de que a 2ª CÂMARA do *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*:

- 1) *JULGUE IRREGULAR* a Licitação e o contrato decorrente;
- 2) *APLIQUE MULTA* ao Sr. Francisco de Assis de Melo no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), equivalentes a 70,91 UFR-PB, com fulcro no art. 56, inciso II da LOTCE/PB c/c art. 200, inciso VII do RITCE/PB;
- 3) *ASSINE PRAZO* de 60 (sessenta) dias para que o ex-gestor recolha a multa ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, sob pena de cobrança executiva;
- 4) *RECOMENDE* a atual gestão daquela Municipalidade, estrita observância aos preceitos contidos na Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93) e aos princípios norteadores da Administração Pública, com vistas a evitar a repetição das falhas aqui constatadas.

É o voto.

João Pessoa, 15 de dezembro de 2015

Cons. em Exerc. Oscar Mamede Santiago Melo
RELATOR

Em 15 de Dezembro de 2015



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



**Cons. em Exercício Oscar Mamede Santiago
Melo**
RELATOR



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO